

Brasil reescalona US\$ 64,2 bi da dívida externa por 20 anos

BRASÍLIA — O Brasil acertou o reescalonamento de aproximadamente US\$ 64,2 bilhões de sua dívida externa com os bancos privados por um prazo de 20 anos, com oito de carência — de 1988 a 1996 —, dentro do acordo preliminar negociado com os credores.

O anúncio foi feito pelo Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, que destacou: "É um ponto da maior importância, porque permitirá a reestruturação da dívida do setor público, que nos próximos oito anos só pagará juros menores que os atuais".

Até o final da carência, no entanto, o País deverá fazer cerca de três pagamentos simbólicos do principal, de acordo com as possibilidades de seu balanço de pagamentos, informou Mailson. O primeiro será de 2% do valor da dívida e as prestações subi-

rão anualmente, de modo que a última, de 10%, será paga no ano 2.008. "Este é o melhor prazo já conseguido pelos País em toda a renegociação da dívida desde 1983", disse o Ministro.

O Ministro da Fazenda saudou como positivo o fato de o País estar assegurando, aos poucos, os vários pontos do acordo. Um dos mais importantes deles — o *carve-out*, ou extensão do *spread* (taxa de risco de 0,8125% sobre o montante dos débitos) — ainda está em discussão.

Mailson explicou que o Brasil está disposto a pôr em dia o pagamento dos juros de março se as negociações continuarem progredindo e que o valor de US\$ 700 milhões relativo a fevereiro (só foram pagos US\$ 520 milhões) é uma estimativa, que só se efetivará com a conclusão de todas

as operações de fechamento de câmbio dos tomadores.

Mailson da Nóbrega revelou que também faz parte do acordo o pagamento da dívida do Brasil com as agências de bancos privados brasileiros no exterior. Mas as agências não perderão essa linha de crédito, resultante de depósitos de curto prazo de outros bancos, transformando-a em financiamento ao comércio.

O Ministro da Fazenda disse que o País passará um longo período sem sentar-se novamente à mesa de negociação.

— Nossa previsão é de que, obtido o refinanciamento de juros para 1987, 1988 e parte de 1989, daí por diante nós passaremos a depender apenas de recursos das agências governamentais, do Banco Mundial e do Clube de Paris, e esperar que o mercado voluntário se regularize.



Ministro Mailson da Nóbrega